

OS PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Danieli Simonetti , Miguel Angelo Perondi , Norma Kiyota , Juliano Rossi Oliveira ,
Keila Valandro

Graduanda em Agronomia da UTFPR - campus Pato Branco, bolsista PET; Professor da UTFPR. Agrônomo e Doutor em Desenvolvimento Rural; Pesquisadora do IAPAR. Agrônoma e Doutora em Desenvolvimento Rural; Graduando em Agronomia da UTFPR - campus Pato Branco, bolsista PET; Graduanda em Agronomia da UTFPR - campus Pato Branco.

Resumo - A agricultura familiar vem se destacando no cenário brasileiro pela produção de alimentos básicos, no entanto o meio rural apresenta um maior índice de pobreza que o meio urbano. Contudo a pobreza encontrada no meio rural não é uma pobreza extrema é uma pobreza financeira. As transformações nas últimas décadas no meio rural mudou as relações comerciais e sociais no meio rural, o processo de mercantilização assume um papel importante na integração da agricultura familiar com o mercado, podendo fragilizar a unidade de produção pela dependência do mercado, mas também oportuniza um conjunto de novas atividades. As vantagens da diversificação são elevadas quando se considera a qualidade da diversificação, podendo se tornar uma alternativa para a saída da pobreza. Esta revisão de literatura tem por objetivo compreender o papel da diversificação num contexto de mercantilização da agricultura familiar. A mercantilização estratificou as estratégias produtivas nas unidades de produção familiares. A diversificação da renda traz maior segurança às oscilações do mercado e com a agregação de valor proporciona o maior aumento de renda, entretanto a diversificação esta condicionada ao acesso dos meios de vida.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, diversificação.

Abstract- The family farm has been increasing in the Brazilian scene for the production of staple foods, however the rural areas has a higher poverty rate than the urban areas. However the poverty found in rural areas is not an extreme poverty it is a financial poverty. The changes in the last decades has changed the rural commercial and social relations in rural areas, the process of commodification has an important role in the integration of family farm with the market, it may weaken the unit of production by the dependence of the market, but also gives opportunity to a host of new activities. The advantages of diversification are high when considering the quality of diversification, it may become an alternative to escape from poverty. This literature review aims to understand the role of diversification in the context of the commodification of family farming. The commodification stratified production strategies in family production units. Diversification of income brings greater certainty to market fluctuations and the aggregate value provides the greatest amount of increase, but diversification is conditional by access for livelihood.

KeyWord: Family farms, diversification.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem se destacando no cenário brasileiro pela produção de alimentos básicos, como feijão, mandioca, milho café e arroz, de forma cada vez mais integrada ao mercado. No entanto, essa

grande parcela de produtores de alimentos aprofunda uma pobreza rural estabelecida há décadas e torna-se, cada vez mais, uma das grandes preocupações das políticas de desenvolvimento, pois o meio rural brasileiro apresenta um maior índice de pobreza que o

urbano, com a renda média dos estabelecimentos rurais menor do que 50% da renda média dos empreendimentos urbanos (IPEA, 2010).

Uma possível causa desta baixa renda é a demasiada dependência econômica dos agricultores da produção de commodities, culturas que possuem um alto custo de produção e baixa remuneração devido ao ambiente produtivo com muitos produtores em ambiente competitivo e cercados por oligopólios e oligopsônios típicos de mercados imperfeitos. Contudo deve-se se ter claro que a pobreza encontrada no meio rural não é uma pobreza extrema e sim, graças a produção de subsistência, é uma pobreza financeira, ou seja de entradas monetárias.

Nas últimas décadas muitas foram as transformações no meio rural que elevaram a complexidade dos sistemas de produção em favor de um desenvolvimento agrícola sem a devida preocupação com o rural como um todo. As relações sociais perderam o seu espaço para as relações comerciais, invertendo os papéis que exerciam até então. Imbuído desse processo ocorreu a mercantilização da vida social e produtiva, fato que trouxe uma forte dependência do mercado de insumos de produção e de contratação de mão de obra, este processo da mesma forma que pode fragilizar a unidade de produção, também, pode favorecer a diversificação econômica dos estabelecimentos rurais.

A diversificação econômica aumenta a estabilidade da unidade de produção em relação ao mercado e segundo Perondi (2007) a diversificação com a agregação de valor pode ser uma via de melhorar a renda rural, contudo é limitada no acesso aos recursos dos meios de vida. Neste processo se torna essencial também a sua qualidade construindo alternativas tanto de rendas agrícolas como de rendas não-agrícolas, desta forma os efeitos da diversificação se expressam como pluriatividade e multirendimentos. Portanto a diversificação pode se tornar uma alternativa para a saída da pobreza.

Com isso esta revisão de literatura tem por objetivo compreender o papel da diversificação num contexto de mercantilização da agricultura familiar. Para atender este objetivo apresenta-se uma caracterização da pobreza do meio rural, a compreensão da agricultura familiar no Brasil e revisa os temas da mercantilização, diversificação e da abordagem dos meios de vida.

2. POBREZA NO MEIO RURAL

A idéia de pobreza relaciona-se diretamente às condições de vida inadequadas em consequência dos baixos rendimentos, sendo que o meio rural concentra um dos maiores índices de pobreza e que se mantém nas últimas décadas como afirma Amorim e Staduto (2007). As autoras ainda alegam

que dentro da complexidade da problemática rural e do seu processo de transformação continuam em debate a pobreza e a exclusão dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, isto porque as políticas públicas e as estratégias convencionais do desenvolvimento rural que privilegiaram a produção verticalizada não produziram os resultados esperados.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008 (IPEA, 2010) mostra que cerca de 74% dos domicílios, onde viviam aproximadamente 80% de toda a população residente em áreas rurais apresentaram renda domiciliar per capita inferior ou igual a um salário mínimo, veja a Tabela 1.

Os dados da PNAD 2008 (IPEA, 2010) também comparam os rendimentos da população residente em área rural e da população com domicílio em área urbana revelando uma acentuada disparidade. Como se observa na Tabela 01 a renda mensal domiciliar per capita da população rural é inferior à metade da renda do mesmo tipo verificada nos domicílios de área urbana, sendo que a renda média mensal da população economicamente ativa (PEA), residente em área rural, representa apenas 43% da mesma renda auferida pela população economicamente ativa com domicílio em área urbana. Ao analisar apenas a região Sul a renda média mensal da PEA rural apresenta o valor de R\$ 633,00 (IPEA, 2010). Por esse motivo, Norder (2009) justifica ser cada vez mais necessária uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas “novas atividades agrícolas”, “seja nas ocupações rurais não-agrícolas”.

Tabela 1. Renda per capita média mensal e renda média mensal das PEA em 2008 de acordo com a situação do domicílio.

	Domicílio urbano	Domicílio rural
Renda per capita média mensal	R\$ 786,00	R\$ 360,00
Renda média mensal da PEA	R\$ 1.056,00	R\$ 453,00

Fonte: PNAD... (2010)

O meio urbano se constituiu historicamente enquanto pólo de atração para trabalhadores em busca de meios para subsistir, os trabalhadores rurais ultrapassam em quantidade os trabalhadores urbanos apenas com os ocupados na produção para o próprio consumo e entre os não remunerados, consequência da elevada participação da agricultura familiar na PEA rural ocupada (IPEA, 2010). O elevado número de pessoas ocupadas apenas para o próprio consumo mostra que apesar de não obterem uma renda significativa, produzem o suficiente para a sua subsistência, ou seja, o que é produzido é consumido na propriedade mesmo não aparecendo em suas rendas financeiras, é o que explica a sua reprodução social. Desta forma a pobreza rural é uma pobreza financeira, ou melhor, de entradas

monetárias, mas não uma pobreza extrema.

Como a maioria dos trabalhadores agrícolas não possui qualquer relação de assalariamento, o risco de uma renda insuficiente ao provimento de bens e necessidades básicas reforça a importância da previdência social e dos programas sociais de transferência de renda do governo federal no meio rural (IPEA, 2010).

O argumento segundo o qual a questão urbana prevalece sobre a questão agrária não leva em consideração que muitos problemas presentes nas cidades – a pressão demográfica, o processo caótico de urbanização das periferias etc. – se resolveria, ao menos em parte, com a formatação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e ao aprimoramento constante das informações relativas aos modos de vida e produção da população do campo. (PNAD, 2010).

Norder (2009) corrobora afirmando que no debate sobre a noção de desenvolvimento rural é pertinente a discussão da importância das atividades agrícolas e não agrícolas para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, para a redução da pobreza no meio rural. Ainda aponta que os sistemas poliprodutivos da agricultura familiar poderiam catalisar a expansão de atividades não-agrícolas, tendo em vista a “dinâmica criada por famílias que vão se tornando tanto mais pluriativas quanto mais é aumentada a produtividade do trabalho agropecuário”. Desta forma o reconhecimento das diferentes trajetórias técnicas e sociais na agropecuária contesta a suposição de um “inevitável êxodo agrícola”, sendo que o fortalecimento da diversificada produção agropecuária familiar é apontado, ao lado do aperfeiçoamento da infraestrutura social e econômica, como um fator decisivo para incrementar a geração de empregos agrícolas e não-agrícolas no meio rural. (NORDER, 2009).

Para Schejtman e Berdegú (2003) o território é definido com o conjunto de relações sociais que além de dar origem, expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados, ainda definem o desenvolvimento territorial rural como um processo de transformação produtiva e institucional num determinado espaço rural com o propósito de reduzir a pobreza rural, assim “a transformação produtiva tem a função de articular competitivamente e sustentavelmente a economia do território aos mercados dinâmicos”. O novo enfoque territorial do desenvolvimento compreende as raízes históricas de um território e o seu capital social, valorizando suas tradições e seu potencial. (AMORIN E STADUTO, 2007). Perondi (2007) coloca que já é tido como verdade que o desenvolvimento das áreas rurais, especialmente em regiões e países pobres, não deve se restringir as mudanças da base tecnológica da produção agrícola e do incremento da produtividade dos

fatores disponíveis.

A idéia de desenvolvimento rural como desenvolvimento territorial pode se constituir numa teoria de ações justas para a superação da pobreza rural (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003). Weigand Jr et al. (2003) em uma análise das iniciativas de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (DTRS) afirma que para resolver o problema da pobreza, o desenvolvimento rural é uma prioridade, e que apesar de mais de 50 anos de ações de organismos internacionais de promoção do desenvolvimento em áreas rurais, o número de pobres rurais ainda cresce, e a proporção de pobres nas áreas rurais é maior que nas áreas urbanas. A diferença de renda entre populações rurais e urbanas é agravada ainda pela falta de oportunidades e de acesso a educação e a saúde, o autor continua afirmando que os projetos promovidos devem ser participativos porque, de um lado, acredita-se que os resultados são melhores, e de outro, a participação torna os projetos mais legítimos.

Esse contexto também se aplica a região Sudoeste do Paraná, Perondi (2007) afirma que mesmo sendo palco de significativas transformações, a região segue privilegiando a produção de commodities agrícola, uma estratégia de desenvolvimento que fragiliza e asfixia as próprias propostas de desenvolvimento endógeno que os agricultores apresentam de forma dispersa pelo território. A região Sudoeste é composta por municípios essencialmente agrícolas, no meio rural predominam as pequenas propriedades inseridas no contexto da agricultura familiar. Contudo esta ocupação agrícola vem acompanhada de uma baixa renda per capita, sendo a menor do estado, assim pergunta-se: o que faz com que a Agricultura Familiar seja pobre? Por que mesmo resultando em baixa renda por área, muitos pequenos agricultores ainda insistem em se especializar em commodities agrícola? Quais as estratégias que podem ser agregadas na unidade de produção para elevar a renda no meio rural? A diversificação dos meios de vida pode ser uma estratégia para elevar a renda?

3. COMPREENDENDO A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, que era tida como apenas uma agricultura de subsistência, hoje é integrada ao mercado e disputa espaço com as propriedades empresariais . As sociólogas Pereira e Bazotti (2010) afirmam que a agricultura familiar não forma um setor autônomo e consegue absorver o progresso técnico e a modernização, procurando mostrar que o agricultor familiar não é sinônimo de pequena produção nem tampouco de atraso tecnológico, mas se refere a uma lógica produtiva diferente da agricultura extensiva.

Na agricultura familiar, a propriedade do capital e

disponibilidade da mão-de-obra ocorre na própria família, sendo tipicamente uma administração flexível e focada nos recursos em que a família tem acesso, assim se mantém instantânea a tomada de decisão (gestão) e ação (produção). A forma como o agricultor utiliza os seus recursos é produto das condições objetivas de produção e de estratégias presentes e passadas (LIMA et al, 1995), daí é que vem a sua peculiaridade administrativa.

A manutenção da agricultura familiar também se deve a sua interação com o sistema capitalista e seu alto grau de integração com o mercado, contudo, como este segmento é baseado na família e no seu bem estar, há mais fatores que interferem na sua administração, mantendo-a a salvo da fúria capitalista.

A importância da agricultura familiar passa também pelo papel que esta cumpre na produção de alimentos e no abastecimento interno. Ocupando apenas um quarto da área, a agricultura familiar consegue ser responsável por 38% do Valor da Produção Bruta total da agropecuária. Ao contrário do que afirma o documento “Quem produz o que no campo: quando e onde II” da Fundação Getúlio Vargas (2010), que a agricultura familiar é menos eficiente que “os não enquadráveis no Pronaf”. No entanto este documento confirma a baixa eficiência da agricultura familiar baseado apenas no número de propriedades agrícolas em que esta supera em muito os demais, mesmo ocupando uma área total menor. A área ocupada comprova a eficiência produtiva da agricultura familiar na utilização das áreas, enquanto o valor bruto de produção por área total da agricultura não familiar é de 322,00 R\$/ano/ha o mesmo índice para a agricultura familiar é de 515,00 R\$/ano/ha (MDA, 2009), superando em mais de 55% os não enquadráveis no Pronaf.

A agricultura familiar consegue gerenciar bem os recursos disponíveis, principalmente quando estes são poucos, transformando-os e conseguindo produzir com baixo custo. Mesmo com uma área menor de lavouras, os produtos básicos da alimentação como mandioca, feijão, milho, café e arroz são em grande parte de responsabilidade da agricultura familiar, além de representar 58% da produção de leite, 50% da produção de aves e 59% da produção de suínos (IBGE, 2006). A agricultura familiar é destaque no papel da diversificação das atividades econômicas e na promoção do desenvolvimento de pequenos e médios municípios, uma região que demonstra bem o importante papel da agricultura familiar neste desenvolvimento é a região Sudoeste paranaense se destacando no estado com uma economia predominantemente agrícola.

A economia paranaense é dependente do setor primário, sendo que parte expressiva de sua população se encontra no meio rural. De acordo com o Censo de 2006 a área ocupada pelos

estabelecimentos agrícolas corresponde a 76,5% da área total do estado (IBGE, 2010). No Paraná, um quarto dos municípios possui grau de urbanização menor que 50%, e a mesorregião que apresenta o menor grau de urbanização é o Sudoeste, com 55% (PEREIRA e BAZOTTI, 2010). Embora apresente a maior taxa de atividade e a menor taxa de desemprego do estado, a região Sudoeste do Paraná possui renda per capita menor que a média do estado. Essa região ainda corresponde por 5% da população total, entretanto, é responsável por aproximadamente 12% da ocupação agropecuária do estado (Perondi 2007).

No Estado do Paraná 80% dos estabelecimentos rurais pertencem a agricultura familiar e na sua região Sudoeste este percentual se eleva para 89% dos estabelecimentos. A importância da agricultura familiar na economia paranaense é inegável uma vez que corresponde a 70% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários e 40% do Valor Bruto da Produção da Agropecuária (VBP-A). Com destaque novamente para a região Sudoeste em que a agricultura familiar responde por 84% do pessoal ocupado e 66% do VBP-A (PEREIRA e BAZOTTI, 2010). Ainda Pereira e Bazotti (2010) afirmam que a região Sudoeste caracteriza-se por ser um “reduto da agricultura familiar no Paraná”.

O Sudoeste do Paraná, além de ser uma região fortemente agrícola, caracteriza-se pela presença majoritária da pequena exploração, fato é que 90% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuem menos de 50 ha (Pereira e Bazotti, 2010).

Com relação à renda, cerca de 30% dos estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar possuem outras rendas que não a da produção agrícola gerada no estabelecimento, e destes 60% acessam aposentadorias e/ou pensões. Pereira e Bazotti (2010) colocam que se deve levar em conta que esse dado se refere apenas ao responsável pelo estabelecimento, podendo-se afirmar, portanto, que o dado está subestimado para a renda familiar.

A agricultura como um todo vem nas últimas décadas passando por mudanças que a integram cada vez mais ao mercado tornando-se cada vez mais dependente, ou seja, está sendo submetidas ao processo de mercantilização. Perondi (2007) adverte que a agricultura familiar da região Sudoeste do Paraná foi submetida a um processo de mercantilização da vida social e econômica e, mesmo assim, seus agricultores foram capazes de se diversificar e demonstrar que o processo de mercantilização não produz uma necessária e inexorável uniformidade produtiva.

4. MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Entre as famílias do meio rural era muito comum a troca de favores. Por exemplo, na época da

colheita, os membros de uma família iam ajudar a família vizinha e os membros desta se dispunham a colaborar na colheita da primeira família. Este era o pagamento simbólico pelo serviço: a ajuda mútua. Essa prática era muito usual entre as famílias do meio rural, não apenas em relação à mão-de-obra, mas de uma maneira geral, a moeda utilizada no meio rural era a troca, fundamentada na confiança.

O capitalismo mudou o sentido das relações sociais. A ordem natural até então, era a de as relações sociais definirem as relações econômicas, porém, o processo se inverteu e as relações econômicas é que passaram a definir as relações sociais (POLANYI, 2000 apud PERONDI, 2009b). Desta forma, a mercantilização fez com que os padrões sociais da sociedade pré-capitalista, que se mantém em relações de troca de favores, como os citados anteriormente, passassem a ser baseados num sistema de mercado, monetarizando a relação social e transformando-a num processo de troca e acerto de deveres e favores instantaneamente quitados. Para Long (1986, apud PERONDI, 2009b, p. 12) “a mercantilização é um processo histórico pelo qual o valor de troca vem assumindo um papel de crescente importância na economia”. Perondi (2009b, p. 13) ainda ressalta que há no processo de mercantilização “uma crescente orientação da produção para o mercado e para uma forma cada vez mais subordinada e dependente do modo de produção capitalista”.

O processo de mercantilização é a instalação de uma necessidade constante de produzir mercadorias, para poder saciar a própria necessidade de consumir mercadorias, fazendo com que aumente a individualização e a monetarização das relações sociais (PERONDI, 2009b). Contudo, há uma diferença entre a simples produção de mercadorias e a produção capitalista de mercadorias, é nesta diferença que se explica a relação da agricultura familiar com o mercado. Friedmann (1978, apud PERONDI, 2009b) chega a afirmar que a agricultura familiar é uma forma de produção não capitalista a serviço do capitalismo. A agricultura familiar torna-se útil ao sistema capitalista conseguindo baixar o custo da reprodução, liberando espaço no orçamento dos assalariados para o consumo de bens não alimentares e duráveis e, assim, subsidiar o modelo de consumo e acumulação capitalista. No entanto, Gazolla (2009) ressalta que a mercantilização não afetou apenas as esferas econômicas e produtivas da agricultura, mas também a cultura, o saber fazer, os aspectos sociais das famílias, e que este processo difere de uma simples mercadorização .

Assim a mercantilização é tida como um processo de crescente externalização, cada vez mais dependente do modo de produção capitalista. Gazolla (2009) define a externalização, como a dependência de fatores externos para iniciar um novo ciclo reprodutivo ou de uma nova etapa que

integra o processo de produção. O mesmo autor afirma que a mercantilização materializa-se não apenas por meio da externalização, mas também da cientificação da produção e da dependência estrutural dos mercados. A cientificação da produção ocorre quando técnicas desenvolvidas pela ciência são incorporadas ao processo de produção agrícola, ou seja, como é citado por Gazolla (2009) através “da internalização das técnicas modernas de cultivo e manejo, no uso de máquinas e equipamentos, no plantio de sementes melhoradas, na fertilização e correção das propriedades químicas e físicas do solo [...]”.

Como o processo de mercantilização não é homogeneizador são encontrados diferentes graus de mercantilização em que os agricultores podem estar inseridos. Estes graus são tidos para Gazolla (2009) como reflexo dos “diferentes estágios nos quais as relações mercantis penetram no processo de trabalho e produção” Perondi (2009b) coloca que um alto grau de mercantilização indicaria que os fatores de produção e os insumos entram na produção como mercadorias e são valorizadas pelo mercado, assim o autor ressalta que a mercantilização não pode ser compreendida como uma força homogenizadora, de forma que sempre haverá unidades ou parte de processos não mercantilizados seja em sociedades de maior ou menor desenvolvimento.

No modo de produção camponês, o crescimento da produção ocorre na forma de uma intensificação do trabalho por área útil e do capital por unidade de área, isso porque, sua base de recursos (terra) é limitada. Para Van der Ploeg (2009) na produção simples de mercadorias a exceção do trabalho mercantiliza-se todos os demais recursos materiais e sociais no processo do trabalho. Estas duas formas são identificadas na agricultura familiar, porque a lógica de produção e a adoção de maior ou menor externalização dos insumos de produção dependem da disponibilidade de recursos e da estratégia adotada na unidade de produção.

Perondi (2007) aponta a mercantilização, como um processo econômico, social e cultural, que exerce influências sobre as relações de trabalho e produção das famílias, como também, que o processo de mercantilização fragiliza, mas também, oportuniza um conjunto de novas atividades da unidade de produção. Atividades que servem para adequar um estoque, fluxo de alimentos e recursos financeiros suficientes para garantir as necessidades básicas e as novas estratégias de reprodução social. Desta forma pode-se afirmar que a mercantilização traz consigo a possibilidade da implementação de novas atividades numa mesma unidade familiar, podendo elevar a diversificação da renda.

5. DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA E MEIOS DE

VIDA

Num estudo representativo do município de Itapejara d'Oeste realizado por Perondi (2007), na safra agrícola de 2004/2005, ano em que houve perdas com a seca, percebeu-se que os produtores diversificados enfrentaram tal problema com menos dificuldade, pois tinham alternativas diante das adversidades tanto do clima como do mercado. Ao fazer uma análise das maiores rendas agrícolas e totais encontradas, percebeu-se que as remunerações eram obtidas com estratégias de diversificação via a indústria doméstica. Por consequência, os grupos que agregaram valor à produção, por meio do beneficiamento, apresentaram uma renda agrícola e total três vezes maior que a média do grupo que diversificava apenas com commodities agrícola. No estudo ficou claro, que as vantagens da diversificação são menores quando esta se concentra em apenas um setor produtivo ou de mercado. É essencial que a qualidade do processo de diversificação seja considerada, para que as famílias possam construir um leque de possibilidades alternativas de rendas agrícolas e não-agrícolas compatíveis com o seu meio de vida rural. (PERONDI, 2009c).

As commodities agrícolas de forma geral originam uma baixa renda por área plantada e para Perondi (2007) em um estudo no município de Itapejara d'Oeste os grãos commodities, que já proporcionaram o maior ciclo de desenvolvimento social e econômico visto na história da região, apresentam seus primeiros sinais de esgotamento. Numa análise realizada por Simonetti et al (2010) no ano agrícola de 2008/2009 a especialização em commodities gerou baixa renda, principalmente devido aos elevados gastos com insumos agrícolas e os riscos de produção e comercialização.

Perondi (2009a) coloca a “diversificação, como a criação da diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam e que, também, oportunizam às famílias a se adaptarem e a diversificarem os seus meios de vida”. Também, propõe que a diversidade de renda seja um indicador para analisar as trajetórias de diversificação dos meios de vida no meio rural, para isso Ellis (1998, apud PERONDI, 2009a) salienta que a diversificação de renda é diferente da diversificação dos meios de vida, enquanto a primeira refere-se às entradas monetárias observadas em determinado momento, a abordagem sobre os meios de vida inclui a variável tempo na análise.

Na figura 03 é apresentado um diagrama para análise dos meios de vida no meio rural, este diagrama foi proposto por Frank Ellis e apresentado por Perondi (2007), no diagrama Ellis procura fazer uma análise mais detalhada partindo dos recursos disponíveis, ou seja, da plataforma de ativos (A), que são acessados via diferentes atividades sejam

elas em relações sócias, instituições ou organizações que são acessadas (B) dentro de um contexto social, econômico, político e ambiental (C), a interação dos fatores em que é submetido resulta numa estratégia dos meios de vida (D), que utiliza-se de recursos (não) naturais (E), surtindo efeitos na segurança e na sustentabilidade do meio de vida adotado.

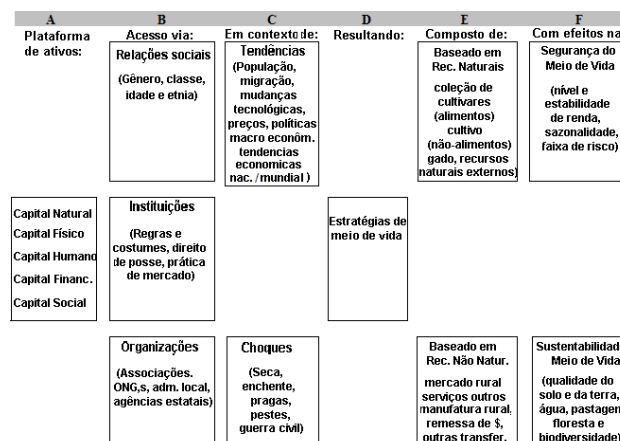


Figura 1. Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural. Fonte: Perondi (2007) apud Ellis (2000).

Perondi (2009a) coloca a abordagem dos meios de vida como a possibilidade de um método para compreender o que leva um agricultor a não acessar os recursos dos meios de vida em meio aos que existem em potencial. Ellis traz uma abordagem mais exógena para o tema dos meios de vida, colocando a capacidade de diversificação dos meios de vida como uma capacidade que cria a diversidade em processos sociais e econômicos de forma a pressionar e, também, oportunizar às famílias, para que diversifiquem o seu meio de vida, bem como o seu local. (PERONDI, 2009a).

Perondi (2007) ainda cita a definição para a diversificação dos meios de vida atribuída por Frank Ellis: “sendo um processo pelo qual a família constrói uma crescente diversidade nos portfólios de atividades e disponibiliza os recursos para sobreviver e melhorar seu nível de vida”. Ellis enfatiza sua preocupação em preservar e potencializar a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família rural, uma característica que propicie a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades (PERONDI, 2007). Perondi (2007) afirma que estudos anteriores a abordagem dos meios de vida com enfoque orientado ao ator, em geral, avaliavam o comportamento das pessoas pobres como “vítimas passivas e infortunadas do sistema”, atribuir um papel mais pró-ativo permitiu o entendimento de como eles providenciam o seu sustento, a despeito da falta de acesso aos serviços e da renda inadequada.

O processo de diversificação é reconhecido,

segundo Ellis (1998, apud PERONDI, 2009a), devido a sua importância em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não-agrícolas rurais. Essa questão surge na interação entre as atividades, em que a última é estimulada com o desenvolvimento agrícola e estimula o desenvolvimento de tal forma que causa mudanças no contexto agrícola. Assim, afirma que a pluriatividade intersetorial não é apenas um recurso complementar, mas é o principal agente transformador e responsável pela conformação das capacidades de diversificação.

Diversificar a unidade de produção propicia uma maior oportunidade de escolhas, Perondi (2007) propõe que o processo de diversificação pode representar uma alternativa viável para a saída da pobreza ou da vulnerabilidade em que se encontram as populações.

A diversificação de uma dada unidade de produção oportuniza uma maior flexibilidade desta em relação ao mercado externo, diminuindo a sua dependência do mercado. Como coloca Perondi (2009c) a diversificação é vista de forma preconceituosa como um pato que voa, anda e nada e não executa nenhuma dessas ações de forma satisfatória, entretanto, é justamente essa combinação de rendas agrícolas e não agrícolas que melhoram o desempenho da agricultura familiar.

A diversificação de atividades tem a função de possibilitar ao proprietário um leque maior de oportunidades, acarretando em maior número de rendas, contudo a diversificação exige que se tenha além do conhecimento nas atividades a serem exercidas – para que não se torne um pato – mão-de-obra disponível para exercer com habilidade as tarefas, é esta mão-de-obra elevada que permite mais de uma atividade principal como geradora de renda (SIMONETTI et al, 2010). Portanto a capacidade de diversificação vai depender da composição e da estrutura da família em questão.

Em contextos marcados por uma “crescente coerção, vulnerabilidade e condicionantes adversos”, o processo de diversificação pode ser entendido tanto como uma estratégia de reação à uma situação de crise, precariedade ou necessidade bem como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca pró-ativa por alternativas ou novos investimentos (PERONDI, 2007). O mesmo autor coloca que os efeitos da diversificação se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirendimentos), de tal forma que podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela a produção de alimentos básicos para o autoconsumo a pobreza encontrada no meio rural

não é a pobreza extrema, mas sim, uma pobreza financeira, ou seja, de entradas monetárias.

A mercantilização não homogeneizou (estratificou) as estratégias produtivas nas unidades de produção familiares, ao contrário, proporcionou uma maior diversificação de estratégias nas propriedades.

A diversificação da renda traz maior segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade e do mercado. Juntamente com a agregação de valor é a alternativa que proporciona o maior aumento de renda.

Quanto mais a diversificação é distribuída entre diferentes ramos de atividades maior estabilidade financeira proporciona a família. A diversificação esta condicionada ao acesso dos meios de vida.

REFERÊNCIAS

- MDA. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília set. 2009. Acesso em: 09 fev. 2011. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>>.
- AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento Territorial Rural: Estudo Empírico Sobre Agroindústria Familiar Rural no Oeste do Paraná. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRATIVA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina, PR. Anais... Londrina: UEM, 2007. 1 CD-ROM.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Quem produz o que no campo: quando e onde: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões. Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia.— Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2010. 192 p. ISBN 978-85-87331-49-6.
- GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.85-106. (Estudos Rurais).
- IBGE. Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, p.1-267, 2006.
- NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.59-83. (Estudos Rurais).
- PEREIRA, V. V. V. R.; BAZOTTI, A. Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento. IPARDES: Nota técnica no 16. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_16_ruralidade_agric_familiar_desenv.pdf> Acesso em: 08 fev. 2011.
- PERONDI, M. A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2007. 239 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural).
- _____. Diversificação da Agricultura Familiar. In: Gestão da UPVE. INFOCOS/CRESOL. Organizado por Dirceu Basso e Nadia Scariot. Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2009a. (Gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo 10), p. 27 a 43.
- _____. Mercantilização da Agricultura familiar. In: Dirceu Basso; Nadia Scariot. (Org.). Gestão da Unidade de Produção e Vida Familiar: gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo. 1 ed. Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2009b, v.1, p. 11-26.
- _____. Repensando a Especialização Agrícola. Agriculturas • v. 6 - n. 3 • outubro de 2009c.
- IPEA. PNAD 2008: Primeiras análises – O setor rural. Comunicados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 29 de março de 2010, nº 46. Acesso em: 08 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.culturadigital.org.br/outros/reformaagraria/wp>>

content/uploads/ 2010/04/ ESTUDO-IPEA-REFORMA-
AGRARIA.pdf>.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J.A. Desarrollo territorial rural.
Santiago do Chile: RIMISP, 2003

SIMONETTI, D.; VILLWOCK, A.P.S.; PERONDI, M.A. A estratégia
de diversificação da agricultura familiar: o caso da comunidade
rural de São João em Itapejara d'Oeste – PR. CONGRESSO DA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOLOGIA RURAL, 48. 2010. Campo Grande, MS. Anais...
Campo Grande: UCDB, 2010. 1 CD-ROM.

VAN DER PLOEG, J.D. O modo de produção camponês
revisitado. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura
familiar. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.15-56. (Estudos
Rurais).